



Sem repressão oficial, devastação da Amazônia acelera

Síntese: Área de floresta desmatada este ano pode dobrar em relação a 2006/2007. Redução no ritmo recente de devastação acompanhou queda no preço internacional das commodities; bastou as cotações se recuperarem para que o desmatamento ganhasse novo ímpeto. Sob Lula, quase 100 mil km² de florestas já foram ao chão. Na contramão do discurso oficial, governo federal abranda repressão e enfraquece instrumentos de fiscalização e repressão. Estruturas do Ibama e do Instituto Chico Mendes são insuficientes. Menos de 1% das multas aplicadas são arrecadadas.

Conte até dez. Quando acabar a contagem, um hectare da Amazônia terá ido ao chão. É o equivalente a 360 campos de futebol por hora. Esta é a atual velocidade de destruição da maior extensão contínua de floresta tropical existente no mundo. O mais grave é que o ritmo de trabalho de motosserras e machados acelera-se nos meses de inverno: maio, junho e julho costumam registrar picos de devastação, impulsionada pela falta de chuvas e facilitada pelas melhores condições de acesso à região nesta época do ano.

O sinal de alerta já havia soado no fim de 2007 e voltou a apitar de forma estridente em abril, quando uma área de floresta equivalente à da cidade do Rio de Janeiro foi abaixo. Naquele mês, 1.123 km² foram ceifados. Neste íterim, a reação do governo federal resumiu-se a brigar com o termômetro. Confrontado com os primeiros números alarmantes, registrados em novembro e dezembro do ano passado, o presidente Lula classificou o desmatamento que eles retratavam de mero “tumorzinho”. Não era.

Depois de um período de positiva e louvável redução na área desmatada, o país está vendo a curva embicar para cima este ano. Pela metodologia adotada para medir o desmatamento em território nacional, os dados anuais cobrem o período compreendido entre agosto e julho do ano seguinte. O registro relativo a 2006/2007 indicou uma área desmatada de 11.224 km², segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Agora, a aposta mais corrente sugere que a marca da destruição superará 20 mil km² este ano. Ou seja, o Brasil poderá vir a exibir ao mundo um aumento de quase 100% na área devastada na Amazônia.

Queda não passou de espasmo

O quadro atual sugere que boa parte da conquista obtida entre 2004 e 2007 teve pouco a ver com ações governamentais de combate ao desmatamento e muito a dever à redução do ímpeto de agricultores e pecuaristas em continuar a desbravar o território amazônico. Estudo feito pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) mostra que há fortíssima correlação entre a variação nas cotações de carne e soja no mercado internacional e o ritmo de destruição da floresta. Como naqueles três anos os preços estiveram em queda, a devastação abrandou. Mas bastou as *commodities* voltarem a disparar para que o desmatamento retomasse a força anterior.

Os números recentes colocam por terra, literalmente, o argumento do governo federal de que, sob Lula, a Amazônia passara a viver um novo tempo. Infelizmente, a redução do desmatamento mostrou-se mero espasmo. Especialistas em meio ambiente costumam dizer que seria preciso pelo menos mais dois anos de queda, além dos três em que isso se verificou, para confirmar que vivíamos uma tendência e não apenas um momento fora da curva. Isso, lamentavelmente, não se confirmou, segundo admitem todas as autoridades envolvidas em acompanhar e medir o ritmo de devastação da floresta.

De agosto de 2007 a abril último, foram desmatados 5.850 km². São quase 18% mais do que no mesmo período do ano anterior. A medição foi feita por meio do Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real). Mais acurado e com imagens de melhor definição, caberá ao sistema Prodes, também do Inpe, aferir os números definitivos da devastação, o que só ocorre em dezembro. Em geral, o monitoramento do Deter capta 40% do desmatamento real. Ou seja, apenas com os números já conhecidos até abril, a derrubada atinge quase 14 mil km² desde agosto de 2007. E o pior – os resultados do período seco – ainda está por conhecer.

Devaste; o governo garante

O IBGE calcula em 716.994 km² a área de floresta devastada na Amazônia até hoje. Só na gestão Lula foram 96.683 km², ou o equivalente a toda extensão do estado de Pernambuco. Em termos percentuais, cerca de 17% da cobertura do território amazônico já foi ao chão. Se não houver uma alteração drástica no padrão de ocupação da região, estima-se que 40% da Amazônia já não existirá em meados do século.

O diagnóstico quanto às ameaças à região é há muito conhecido: a expansão da pecuária (atualmente, um terço do rebanho nacional é criado lá) e do plantio de grãos, em especial a soja, é a grande responsável pelo avanço do desmatamento. O que não se vê, porém, são ações efetivas para deter a destruição. O governo Lula acenou com a possibilidade de apertar o cerco a ocupações ilegais, suspender crédito a malfeitores e aplicar a lei com rigor. A prática, no entanto, tem sido muito distinta.

No início de junho, o Ministério de Meio Ambiente, já sob nova direção, editou portaria abrاندando o cumprimento de uma resolução do Banco Central que restringia a concessão de crédito a produtores amazônicos com passivos ambientais. De um total de 527 municípios atingidos, onde fora registrado forte desmatamento, 100 foram excluídos da lista de restrição.

Além disso, para liberar verbas do crédito rural para plantio, os bancos oficiais exigirão apenas que os produtores se mostrem dispostos a legalizar sua situação ambiental e fundiária. Basta comprovar ter protocolado a papelada para obtenção do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural nos órgãos ambientais que o crédito é concedido. Em ambiente assim, vale a máxima cunhada pelo Greenpeace ante a situação atual: "Devaste que o governo garante".

Grandes extensões, nenhuma fiscalização

Em pleno período seco, ou seja, de queimadas e derrubadas mais intensas na região amazônica, o governo federal ainda não dispõe de definições claras sobre a coordenação do Plano de Combate ao Desmatamento deste ano,

lançado há seis meses. A bola está dividida entre o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil. O Instituto Chico Mendes – criado em agosto de 2007 para gerir áreas protegidas e implementar planos de conservação – não passa de miragem, já que boa parte dos servidores que deveriam compor o seu quadro ainda mantêm-se no seu órgão de origem, o Ibama.

Não falta só coordenação. Inexiste estrutura para fazer cumprir as leis. O Ibama conta com efetivo de 400 homens e mulheres para fiscalizar as unidades de conservação federais existentes na Amazônia. Isso significa uma pessoa para cada 450 mil hectares (ou uma área equivalente a três vezes a do município de São Paulo). O orçamento é igualmente minguado: R\$ 34,2 milhões, ou R\$ 1 para cada seis hectares. O país conta hoje com 131 destas áreas protegidas – instrumento de preservação criado ainda na gestão Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Na maioria delas, a penúria é a mesma, tornando-as, na prática, reservas de papel.

A depender da falta de ímpeto, para dizer o mínimo, em fiscalizar e cobrar de quem deve, a situação não dá mostras de que possa melhorar. O Ibama tem R\$ 4,5 bilhões em multas aplicadas desde 2003. Apenas um exemplo: dos R\$ 1,1 bilhão lavrados em 2005, apenas 8 milhões (cerca de 1%) foram arrecadados. No ano passado, o instituto aplicou mais R\$ 1,5 bilhão em multas, um recorde inócuo até agora. Na Amazônia, ante protelações legais, punições têm sido adiadas *sine die*.

Mesmo diante de tantas evidências de que a situação não ia bem já desde o fim de 2007, o governo Lula preferiu trabalhar com um irreal cenário róseo. Fez má política e péssima governança, sem resultados efetivos e satisfatórios. Ações emergenciais não são resposta à altura de uma situação como a da devastação amazônica. Tal como estão estruturadas as ações federais de combate ao desmatamento, não restará ao país fazer senão o que sugeriu o ministro Carlos Minc recentemente: “rezar e orar” para que a destruição não avance. Mas é fácil saber que não é caçando bois no pasto, como ele também defendeu, que se conseguirá bons resultados.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br